



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

AILTON ROBSON DE OLIVEIRA FERREIRA

POPULAÇÕES INDÍGENAS NO SUL DE PERNAMBUCO: O CASO DO RIACHO  
DO MATO E DA COLÔNIA SOCORRO (1860 - 1880)

RECIFE  
2023

AILTON ROBSON DE OLIVEIRA FERREIRA

POPULAÇÕES INDÍGENAS NO SUL DE PERNAMBUCO: O CASO DO RIACHO  
DO MATO E DA COLÔNIA SOCORRO (1860 - 1880)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Graduado, no Curso de Licenciatura Plena em História no Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

Orientadora: Prof. Dra. Mariana Albuquerque Dantas.

RECIFE  
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Sistema Integrado de Bibliotecas  
Gerada automaticamente, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

F383p

Ferreira, Ailton Robson de Oliveira

POPULAÇÕES INDÍGENAS NO SUL DE PERNAMBUCO: O CASO DO RIACHO DO MATO E DA  
COLÔNIA SOCORRO (1860 - 1880) / Ailton Robson de Oliveira Ferreira. - 2023.  
26 f. : il.

Orientador: Mariana Albuquerque Dantas.  
Inclui referências e anexo(s).

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco,  
Licenciatura em História, Recife, 2023.

1. Indígenas. 2. Riacho do Mato. 3. Colônia Socorro. I. Dantas, Mariana Albuquerque, orient. II. Título

CDD 909

---

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que contribuíram de forma significativa para a realização deste trabalho. Sem o apoio e orientação delas, este projeto não teria sido possível.

Primeiramente, agradecer a Deus, pois sem ele nada sou e nada haveria conquistado. Adupé Orisá, que me deu estruturas para enfrentar estes anos de graduação em meio a percalços maiores que eu, mas que sem a sua força em lugar algum eu havia chegado.

Desejo agradecer a minha orientadora Mariana Dantas pela orientação valiosa, pelo tempo dedicado, pelos conselhos sábios e pela paciência demonstrada ao longo deste processo. Sua expertise e apoio foram fundamentais para o desenvolvimento e a conclusão deste trabalho.

À minha família, em especial Aila Talma e Carla Priscila, por todo o suporte emocional, incentivo e compreensão ao longo desta jornada acadêmica. Suas palavras de encorajamento foram a força motriz que me impulsionou a continuar, mesmo nos momentos mais desafiadores.

Agradeço também aos meus amigos e colegas de curso, Mawison, Tereza, Dani, Anthony, Álvaro, Márcio, Nah, Paulo, Dudu e tantos outros que sabem que foram e são importantes em minha jornada acadêmica, pela troca de ideias, pela colaboração e pelo suporte mútuo ao longo dos anos de estudo. Juntos, enfrentamos desafios e celebramos conquistas, e por isso, sou imensamente grato.

Às instituições e profissionais que forneceram recursos e informações essenciais para a realização deste trabalho, meu sincero agradecimento. Suas contribuições foram fundamentais para a qualidade e relevância deste estudo.

Por fim, agradeço a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização deste projeto, mesmo que não estejam mencionados aqui. Seu apoio foi crucial e muito apreciado.

Muito obrigado(a) a todos.

Atenciosamente,  
Ailton Robson

# POPULAÇÕES INDÍGENAS NO SUL DE PERNAMBUCO: O CASO DO RIACHO DO MATO E DA COLÔNIA SOCORRO (1860 - 1880)

Ailton Robson de Oliveira Ferreira<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal compreender o processo de formação e desestruturação do aldeamento indígena na região do Riacho do Mato entre as décadas de 1860 e 1880, localizado ao sul da província de Pernambuco, próximo à fronteira com Alagoas. É central para a análise a compreensão da convergência e das interações entre diferentes sujeitos históricos que habitavam ou circulavam por esse território, indígenas e não indígenas. Após a extinção do aldeamento do Riacho do Mato, em 1873, foi criado no mesmo lugar a Colônia Socorro para receber migrantes da seca do interior da província. Mesmo com uma duração curta, 1878-1880, a Colônia foi motivo de profundas transformações no local devido ao ingresso de milhares de novos moradores, à reestruturação do território e da administração pública.

**Palavras-chave:** Indígenas; Riacho do Mato; Colônia Socorro.

## ABSTRACT

The main objective of this work is to understand the process of formation and dismantling of the indigenous aldeamento in the Riacho do Mato region between the 1860s and 1880s, located in the south of the province of Pernambuco, close to the border with Alagoas. It is central to the analysis to understand the convergence and interactions between different historical subjects who inhabited or circulated in this territory, indigenous and non-indigenous. After the extinction of the aldeamento of Riacho do Mato, in 1873, the Colônia Socorro was created in the same place to receive migrants from the drought in the interior of the province. Even with a short duration, 1878-1880, the Colônia was the reason for profound transformations in the place due to the entry of thousands of new residents, the restructuring of the territory and public administration.

**Keywords:** Indigenous; Riacho do Mato; Colônia Socorro.

---

<sup>1</sup> Graduando em História: [ailton.robson@ufrpe.com.br](mailto:ailton.robson@ufrpe.com.br)

## 1. INTRODUÇÃO

Registros sobre a região de Riacho do Mato existem antes da formação do aldeamento, considerado território que os revolucionários da primeira metade do XIX utilizavam para se refugiar, a exemplo dos cabanos liderados por Vicente de Paula, ou os praieiros; indivíduos com constante vivência no que diz respeito a embates judiciais e físicos, além de menções de uma possível colônia composta de elemento nacional já em 1846.

A região do Riacho do Mato, localizada na zona da mata Sul de Pernambuco, era uma área importante de produção açucareira e de circulação, mais especificamente entre as vilas de Água Preta e Jacuípe. Nessa região de fronteira desenvolveu-se grande parte dos conflitos relacionados às revoltas ocorridas na primeira metade do século XIX, servindo de local de concentração das forças de repressão à Insurreição de 1817 e à Confederação do Equador de 1824, revoltas estas que contaram com apoio de populações indígenas e potentados locais.

Naquela região concentraram-se também forças dos rebeldes da Guerra dos Cabanos (1832-1835), como também da Insurreição Praieira (1848). Sendo assim, a população de pobres livres, libertos e escravizados que já habitava aquela região e também a que ali se refugiou, vivenciou experiências singulares nos diferentes contextos de revoltas e guerras. (DANTAS, 2018, p. 82)

Mesmo com todo o esforço de indígenas e seus aliados, resistindo a um cenário de expropriação territorial e conflitos com proprietários de terra nos arredores do engenho, a aldeia do Riacho do Mato foi extinta na década de 1870 e em seu lugar foi fundada a Colônia Agrícola Socorro para abrigar os imigrantes da seca (SILVA, 2021, 69). Mesmo com sua curta existência, o aldeamento do Riacho do Mato estava na contracorrente do processo mais amplo de extinção das terras coletivas indígenas na província de Pernambuco e também em todo o Império.

Os conflitos entre indígenas e não indígenas nesse período, grosso modo, giravam em torno dos territórios das aldeias e das disputas relativas às classificações étnicas, o que no caso do Riacho do Mato foram intensificadas em decorrência do uso do espaço como refúgio para populações diversas durante as revoltas ocorridas no início do século XIX.

A aldeia possuía, assim, significados profundos para os seus habitantes, indígenas ou não, relacionados aos diversos usos dados ao espaço e à real

possibilidade de defendê-lo como um aldeamento indígena, que ainda se constituía enquanto garantia de proteção e acesso a terras (ALMEIDA, 2003, p. 101-103).

Através então do estudo da microanálise, segundo Jacques Revel (1998), torna-se possível analisar o processo de formação da região do Riacho do Mato como parte da Zona da Mata Sul de Pernambuco, no contexto do século XIX e sua repercussão já no período republicano.

É possível entender a relação e a influência que a região do Riacho do Mato exerceu na Zona da Mata Sul de Pernambuco ao longo do século XIX, entendendo também a participação de seus habitantes durante os períodos de revoluções na primeira metade do século, como também sua influência social e política na segunda metade, assim como a repercussão de suas disputas e conflitos locais nas notícias de jornais do periódico Jornal do Recife.

### **1.1. O PROCESSO DE TERRITORIALIZAÇÃO E AS TRÊS MISTURAS**

Para melhor compreender o processo de formação dos aldeamentos, a exemplo do Riacho do Mato, é importante entender um conceito proposto por João Pacheco de Oliveira (2016) que ajudou a entender o processo de mistura vivenciado pelos indígenas ao longo dos períodos colonial e imperial no Brasil, voltando sua atenção aos indígenas do Nordeste.

Tal conceito é explicado pelo autor como um movimento político imposto de reunião de grupos indígenas diferentes em um espaço territorial muito bem delimitado, no qual ocorreram transformações culturais e identitárias. Para João Pacheco de Oliveira:

A noção de territorialização é definida como um processo de reorganização social que implica: 1) a criação de uma nova unidade sociocultural mediante o estabelecimento de uma identidade étnica diferenciadora; 2) a constituição de mecanismos políticos especializados; 3) a redefinição do controle social sobre os recursos ambientais; 4) a reelaboração da cultura e da relação com o passado. (OLIVEIRA, 2016, p. 203).

Para o presente estudo, é importante compreender o desenvolvimento histórico da territorialização dos indígenas em três momentos de “misturas” identitárias e culturais. O primeiro processo de mistura foi iniciado com a construção dos aldeamentos ainda no período colonial, reunindo indígenas de diferentes grupos

em uma mesma unidade territorial delimitada, sendo administrados por um missionário (OLIVEIRA, 2016, p. 206).

Desta tentativa de homogeneização étnico-cultural deram-se as relações envolvendo os primeiros colonos e seus empreendimentos, tais como as lavouras de cana-de-açúcar, criação de gado e povoamento das cidades. Nesta primeira mistura, o movimento de territorialização ocorre de forma radical, através das ações de descimento e “guerra justa”<sup>2</sup>.

O segundo processo de mistura se dá no período do governo do Marquês de Pombal, conhecido como período pombalino, na segunda metade do século XVIII, que elaborou uma legislação para incentivar as relações interétnicas, com o objetivo de transformar os indígenas em súditos da Coroa sem diferenças étnicas em relação aos demais.

Essa política colaborou para favorecer o processo de mistura e, conseqüentemente, para o discurso de apagamento da identidade indígena, já que induzia os casamentos e a inserção de colonos brancos nos limites dos antigos aldeamentos. Não obstante, os indígenas conseguiram permanecer ocupando as terras coletivas:

Sem existir fluxos migratórios significativos para o sertão, as antigas terras dos aldeamentos permaneceram sob o controle de uma população de descendentes dos índios das missões, que as mantinham como de posse comum, ao mesmo tempo que se identificavam coletivamente mediante referências às missões originais, a santos padroeiros ou a acidentes geográficos. (OLIVEIRA, 2016, p. 207.)

O terceiro processo de mistura se deu no período imperial com a extinção dos aldeamentos, a partir da Lei de Terras de 1850, sendo tais terras consideradas devolutas, e algumas passando a ser incorporadas aos bens dos municípios em formação.

A ideia de que a Lei de Terras de 1850 e seu Regulamento eram importantes e eficazes instrumentos para discriminar o domínio

---

<sup>2</sup> Como explica Maria Regina Celestino de Almeida, os descimentos eram a principal fonte de origem e de reprodução de populações indígenas nos aldeamentos (ALMEIDA, 2003, p. 108). É possível compreender assim, que os grupos distintos eram retirados de seus antigos territórios e implantados nos aldeamentos, sob a tutela da Igreja e a serviço da Coroa portuguesa e dos colonos, sendo um método para retirar os indígenas dos sertões e povoar o litoral. Já as guerras justas eram legitimadas pela recusa dos indígenas à conversão ou o impedimento da propagação da Fé, tendo como justificativa e prova de inimizade dos povos o fator crucial para que a guerra fosse permitida (PERRONE-MOISÉS, 1992, p. 123-125).



público do privado e, portanto, regularizar a estrutura fundiária do país, interferia na percepção de que os registros das terras possuídas dificilmente poderiam por fim aos litígios de terra, decorrentes de limites territoriais imprecisos e/ou ocupação de terras devolutas. (MOTTA, 1998, p.161).

A partir do momento que os governos provinciais vão extinguindo o espaço dos antigos aldeamentos, intensificam-se as disputas territoriais entre os indígenas e os colonos que ocupam os limites da região. De tal forma, o terceiro processo de mistura é considerado o mais radical, uma vez que limita abruptamente as posses dos indígenas, marcando então suas memórias e narrativas sobre o pertencimento coletivo. (OLIVEIRA, 2016, p.207)

Compreendido o processo de territorialização, foi necessário também entender a importância do aldeamento para os indígenas e os demais agentes ali presentes, como foi proposto por Maria Regina Celestino de Almeida (2013). A autora analisou os vários significados da instituição do aldeamento ao longo do projeto colonizador e suas consequências no período imperial:

Os aldeamentos foram muito mais do que simples espaços de dominação e exploração dos colonizadores sobre os índios. Apesar de todos os seus males, eram, além de portugueses e cristãos, espaços dos índios, pois assim foram por eles considerados, como sugerem as lutas que empreenderam por sua manutenção até o início do século XIX (ALMEIDA, 2013, p. 136).

Dentro da estrutura do aldeamento, agentes exerciam diferentes papéis que dependiam muito dos sujeitos históricos em relação, como os representantes da Coroa portuguesa, em busca de súditos, estabelecendo então relações de trabalho que os favoreciam nos anos iniciais da colonização, “mantendo-os por quase todo o período colonial divididos em dois grandes grupos: os aldeados e os escravos” (ALMEIDA, 2013, p.116). Bem como os missionários à procura de novos fiéis, utilizando inclusive das guerras justas, autorizadas pelo papa e pela Coroa, como uma forma de domínio através da violência, numa tentativa forçada de converter os indígenas.

Além dos atores anteriores, havia também os colonos que tinham como um de seus objetivos em relação aos aldeamentos, a procura de mão de obra. Muitas vezes, chegavam a escravizar os indígenas para fins particulares, apesar de em muitas regiões ocorrer a proibição de tais atos, gerando conflitos com missionários que

buscavam a catequização, apesar de também aproveitar do trabalho indígena (ALMEIDA, 2013, p.127).

Diante disso, encontramos então nos indígenas o entendimento de que o espaço do aldeamento representava um modo de garantir terra para sua existência, não resumindo sua colaboração com os portugueses como uma submissão passiva. Nas aldeias, conseguiam escapar da ameaça de extermínio somada às dificuldades crescentes de sobrevivência nos sertões. Como afirma Almeida, "se acredita que aldear podia significar para os índios a opção pelo mal menor diante da opressão e violência da conquista e da colonização" (ALMEIDA, 2013, p. 114-115).

Tendo em vista então a noção de territorialização de João Pacheco de Oliveira e como tais transformações culturais são importantes para entender o surgimento dos aldeamentos indígenas na Zona da Mata Sul de Pernambuco. É pertinente também entender nesse meio, mediante a análise de Maria Regina Celestino de Almeida, a diversidade de funções e expectativas dos diferentes sujeitos históricos em relação aos aldeamentos. As análises dos autores foram importantes para compreender a formação e a presença dos indígenas na segunda metade do século XIX.

## **2. DE ESCADA AO RIACHO DO MATO: HISTÓRIAS NA ZONA DA MATA SUL DE PERNAMBUCO E A LUTA PELOS DIREITOS INDÍGENAS.**

Antes de entender a formação do aldeamento do Riacho do Mato, é necessário fazer compreender sobre a Aldeia de Escada, conhecida como a maior e mais importante aldeamento do século XIX em Pernambuco, fundada após doação de sesmaria pela participação dos indígenas da região na batalha que derrubou o Quilombo dos Palmares.

Neste cenário, o trabalho de Edson Silva (2021) abriu caminho para compreender a formação do aldeamento indígena na região de Escada na segunda metade do século XIX e o processo de esbulhos de terra, que ocasionou a migração dos indígenas para a região que viria a se tornar o aldeamento do Riacho do Mato.

A aldeia de Escada era conhecida como a mais rica da província de Pernambuco no século XIX. Seu território foi concedido como parte de uma doação de sesmaria, recompensa concedida aos indígenas pela Coroa portuguesa devido à sua participação nos combates ao Quilombo dos Palmares. (SILVA, 2021, p. 40) Com a ferrovia, que chegou à região no final do século XIX, a área tornou-se cobiçada

pelos senhores de engenhos, que pouco a pouco, apropriaram-se das terras da aldeia, sendo preenchida por engenhos que se tornaram local de trabalho para os indígenas.

Existem informações sobre a região do Riacho do Mato antes da formação do aldeamento, pois era considerado território ocupado por rebeldes cabanos que, ainda na primeira metade do século XIX, utilizavam-no como refúgio, liderados por Vicente de Paula, ou por rebeldes praieiros; indivíduos com vivência em embates judiciais e armados. (DANTAS, 2018, p.218)

Ainda na primeira metade do século XIX, é notória a menção à região conhecida por Riacho do Mato como uma povoação de rebeldes, negros livres e foragidos, como também sede do exército cabano fundado e comandado por Vicente de Paula, como aponta Maria Luiza Ferreira de Oliveira:

Riacho do Mato era justamente a povoação que Vicente Ferreira de Paula tinha fundado com o seu grupo, fugindo do cerco das forças legais depois da Guerra dos Cabanos, em uma clareira na floresta, protegido pelo relevo acidentado, pelas matas e pela distância com os povoados vizinhos. (OLIVEIRA, 2013, p. 114).

O indígena de maior destaque era Manuel Valentim dos Santos, cabano, tido por muitos como um “segundo Vicente de Paula” devido à sua liderança. Através de sua articulação, organizou a mudança de várias famílias do aldeamento de Escada e o seu estabelecimento no Riacho do Mato, no intuito de escapar dos esbulhos de terras. Por ser uma terra fértil, a produção de lavouras – algodão, cana-de-açúcar e café – e o trabalho com madeira eram intensos na região, o que dava autonomia comercial para os que ali residiam. (SILVA, 2021, p. 69).

O indígena Manuel Valentim realizou no período de 1861 a 1864 três viagens à Corte, a fim de tratar com o Imperador a respeito da transferência dos indígenas para a região do Riacho do Mato, alegando ali haver espaço e disponibilidade para todos. Explicava que os posseiros de Escada não seguiam as disposições do Regulamento das Missões de 1845<sup>3</sup> e acabavam por cercar os territórios e impedir a

---

<sup>3</sup> A nova legislação criou uma estrutura de aldeamentos indígenas, distribuídos por todo o território, sob a gestão de um Diretor Geral de Índios, nomeado pelo Imperador para cada província. Cada aldeamento seria dirigido por um Diretor de Aldeia, indicado pelo Diretor Geral, além de um pequeno corpo de funcionários. Cabia aos missionários a tarefa relativa à catequese e à educação dos índios, enquanto que os outros funcionários imperiais se encarregariam da vida cotidiana, incentivando o cultivo de alimentos, monitorando os contratos de trabalho, mantendo a tranquilidade e polícia dos aldeamentos, regulando o acesso de comerciantes, contactando índios ainda

demarcação territorial estipulada pelo presidente da Província. Mesmo a reivindicação de reconhecimento do Riacho do Mato como aldeamento ter sido aceita pelo governo central, em Pernambuco o diretor-geral dos aldeamentos era contrário, contribuindo para a situação incerta na localidade (SILVA, 2021, p.70).

A liderança de Manuel Valentim tornou-se conhecida na capital, Recife, através de publicações no periódico Jornal do Recife. Na publicação do dia 13 de outubro de 1865, na edição 238, na coluna “Gazetilha”, houve uma menção a ele enquanto maioral do aldeamento do Riacho do Mato. A notícia informava sobre o envio de homens considerados como “voluntários da pátria” para participação na Guerra do Paraguai.<sup>4</sup>

É importante destacar então que a influência de Manuel Valentim ultrapassava os limites do aldeamento. Foi feito um destaque na edição 227<sup>5</sup> de 1870, informando que ele fez viagens para o Rio de Janeiro para reivindicar o reconhecimento do aldeamento ao Ministério da Agricultura. Mas, os conflitos pelas terras do Riacho do Mato continuaram.

Em 20 de fevereiro de 1872, na coluna “Publicações Solicitadas” da edição 42 do Jornal do Recife, uma carta encaminhada ao presidente da província abordou o esbulho de terras ocorrido no aldeamento do Riacho do Mato. O autor da carta solicitou a interferência do governo diante da possibilidade de futuros conflitos, alegando o direito à terra garantida aos indígenas e denunciando a perseguição realizada por donos de engenhos. Na publicação consta uma lista dos posseiros do Riacho do Mato, e de alguns outros potentados, incluindo referência aos indígenas de Escada.

Na edição posterior, de 12 de março de 1872, na mesma coluna “Publicações Solicitadas”, encontra-se o que pode ser considerado uma réplica à publicação anterior. Nela, o autor da réplica cita os indígenas da região do Riacho do Mato como “preguiçosos rapinadores”, diferentes dos grupos indígenas liderados por Felipe Camarão. Nesse ponto, ainda se vê uma romantização da figura heróica do indígena preso a um passado “puro e ingênuo” do período colonial, em oposição ao indígena coevo, envolvido nos conflitos fundiários.

---

não-aldeados e controlando as terras indígenas, dentre muitas outras atividades previstas. Já não era sem tempo. As demandas pela elaboração de instrumentos capazes de dar conta da questão indígena eram freqüentes e muitas eram as vozes que se pronunciavam a respeito. (SAMPAIO, 2009)

<sup>4</sup> Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/705110/1778> Acesso em 15 dez. 2021

<sup>5</sup> Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/705110/5930> Acesso em 15 dez. 2021

Diante disso, é importante entender a participação de lideranças indígenas tal qual Manuel Valentim, que usou do conhecimento das leis para reivindicar por direitos para os aldeados do Riacho do Mato, em destaque para suas viagens à capital do Império a fim de tratar com o Imperador a garantia de sobrevivência dos indígenas de Escada e a transferência para o Riacho do Mato (SILVA, 2021, p. 95).

### **3. IMPLANTANDO AS COLÔNIAS: A COLÔNIA AGRÍCOLA SOCORRO.**

Com a extinção do aldeamento do Riacho do Mato, sendo as suas terras demarcadas e arrematadas ainda em 1877<sup>6</sup>, foi fundada em primeiro de abril de 1878 a Colônia Agrícola Socorro para abrigar as vítimas da seca, enviadas aos montes tanto pelas estradas quanto pela via férrea, partindo da capital da província, Recife, pela estação das Cinco Pontas.<sup>7</sup> A justificativa para a criação da Colônia Socorro era a necessidade de acolher refugiados da seca que acometeu Pernambuco e províncias adjacentes.

A criação de colônias agrícolas, como a Socorro, está associada à formação de colônias militares na fronteira entre Pernambuco e Alagoas. Diante da movimentação nas matas daquela região, o governo imperial entendeu ser necessária uma organização militar para controle do tráfego nas florestas, ou seja, para diminuir a circulação de homens livres pobres, indígenas, escravizados fugidos e rebeldes, dando então início à instalação das colônias militares.

Segundo Oliveira, “as colônias foram pensadas para ajudar a viabilizar a circulação em regiões onde havia muitos índios, ou mesmo como pontos de apoio ao povoamento e ocupação de zonas fronteiriças.” (OLIVEIRA, 2013, p. 130).

O movimento de indígenas e demais pessoas livres ou libertas encontrado nas matas foi combatido com o surgimento das colônias militares, a exemplo das colônias de Pimenteiras e Leopoldina, nas províncias de Pernambuco e Alagoas, respectivamente; ambas ligadas a fluxos fluviais, sendo instaladas sempre às margens dos rios (OLIVEIRA, 2013, p. 115).

---

<sup>6</sup> Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/705110/13698> Acesso em 10 jan. 2022

<sup>7</sup> Apeje, Cód CD4, fl.74. Relatório do Diretor da Colônia Agrícola Socorro, Frei Cassiano de Comacchio, ao Presidente da Província de Pernambuco, Adolfo de Barros Cavalcante de Lacerda. 31/10/1878

Assim como os aldeamentos e seus diversos significados diante dos agentes históricos ali encontrados, as colônias também foram desenvolvidas com significados e funções distintas, como afirma Maria Luiza Ferreira de Oliveira:

A fundação das colônias militares parece surgir como estratégia de ao mesmo tempo tentar povoar, abrir estradas e deixar tropas em caráter permanente nas localidades onde a tensão social era difícil de conter, ou em locais onde houvesse interesse de investimento e ocupação. (OLIVEIRA, 2013, p. 125)

De acordo com Nayala de Souza Ferreira Maia, o surgimento das colônias agrícolas também seria um incentivo à imigração estrangeira, que deixa de rumar para o Sul do país, voltando seus olhos para o Norte, povoando também as colônias militares (MAIA, 2009, p.11).

Com um contingente populacional inicial de cerca de nove mil colonos, membros de mais de mil famílias, a Colônia Socorro, em seus primeiros meses, demandava gêneros alimentícios e medicamentos para atender à grande quantidade de refugiados e moradores circunvizinhos à região. Apesar das graves consequências da seca, muitos refugiados, por própria conta, abandonaram a colônia, buscando outras localidades, assim como trabalhos e garantias de sobrevivência em engenhos<sup>8</sup>.

Os colonos remanescentes foram alocados em lotes previamente demarcados e distribuídos nos afazeres para a manutenção da colônia, seja no trabalho de construção de estradas, como também nos trabalhos internos e agrícolas, que garantiam a produção de alimentos para complementar os gêneros alimentícios doados pela subvenção fornecida pela Província<sup>9</sup>.

Devido ao corte da subvenção fornecida à Colônia, a mesma acabou por ser abandonada pelos próprios colonos ao longo do ano de 1880, levando à sua extinção no mesmo ano, tendo o Frei diretor da colônia sendo transferido para a Colônia Izabel.

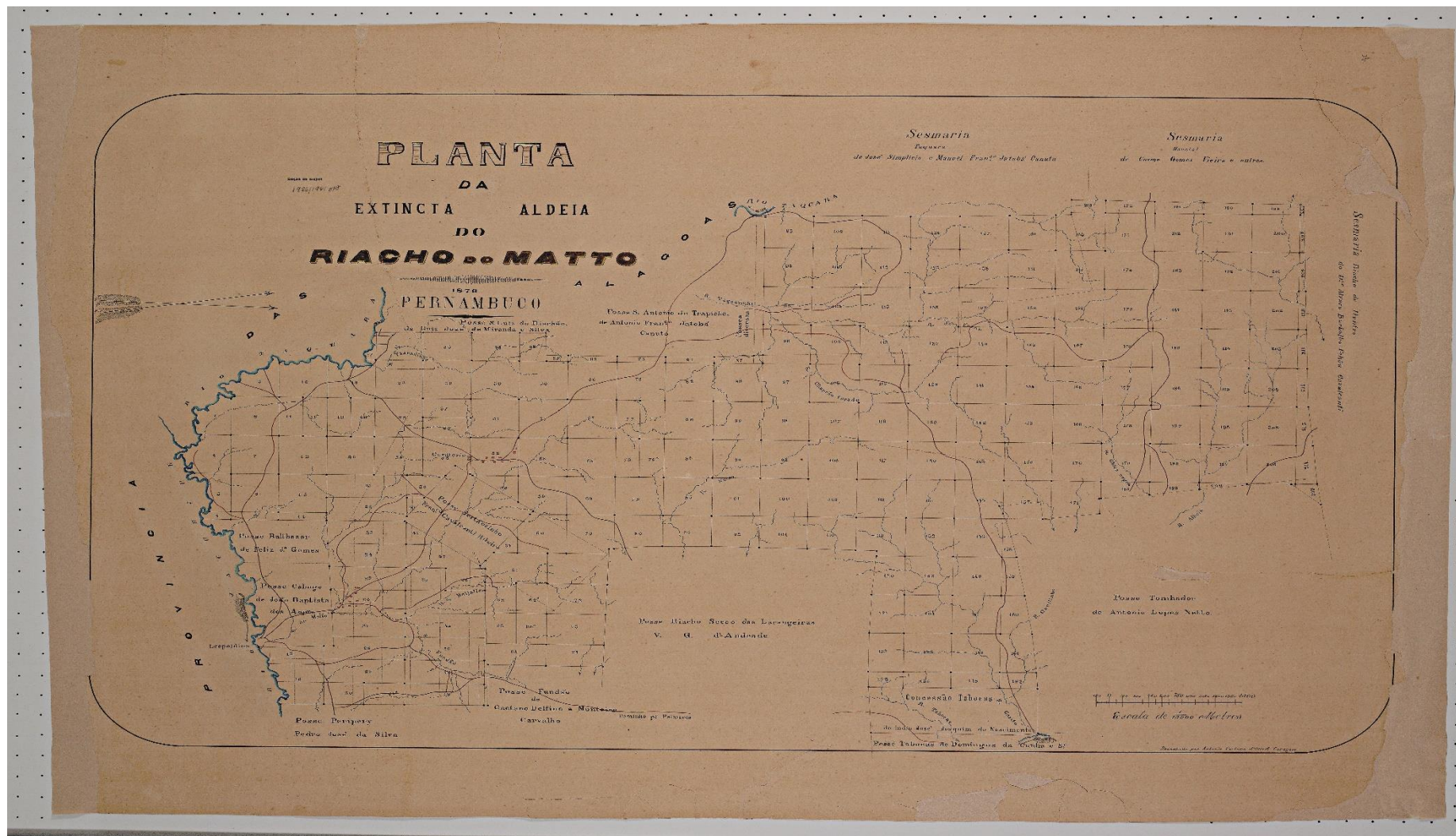
---

<sup>8</sup> Ibidem, fl. 74.

<sup>9</sup> Ibidem, fl. 74v.



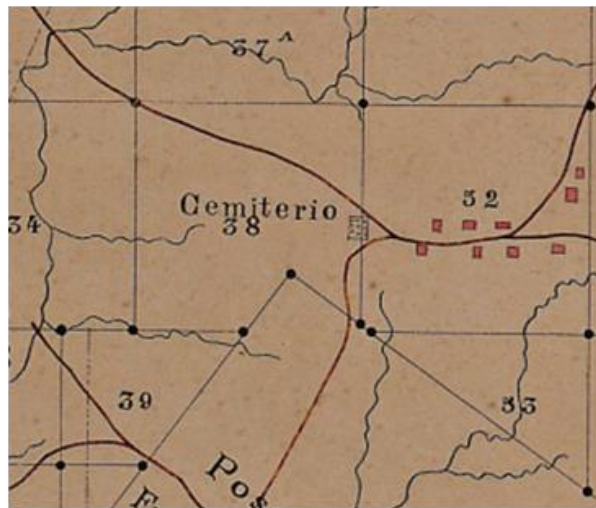
Figura 1. Planta da Extinta Aldeia do Riacho do Mato, 1876



Fonte: Arquivo Nacional.

O mapa acima registra a demarcação dos lotes do extinto aldeamento do Riacho do Mato, dentre os quais 47 foram inicialmente distribuídos para os imigrantes da seca. É possível destacar a presença de famílias no lote 38, que também foi o espaço reservado para a ampliação do cemitério já existente da época do aldeamento<sup>10</sup>, além do lote 52 ser destinado ao acampamento.<sup>11</sup> É possível perceber a presença de acampamentos ao longo das terras demarcadas, como a exemplo dos lotes 25 e 26, conforme os recortes abaixo.

Figura 2. Recorte da Planta da Extinta Aldeia do Riacho do Mato, 1876: lote 38, Cemitério; e lote 52, acampamento.



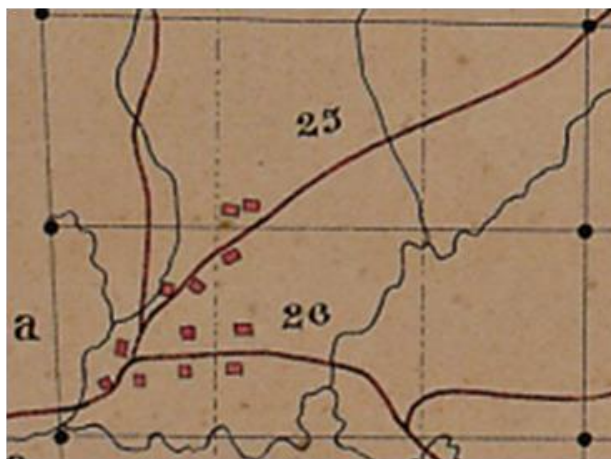
Fonte: Arquivo Nacional.

<sup>10</sup> Apeje, Cód CD4, fl.95. Relatório do Diretor da Colônia Agrícola Socorro, Frei Cassiano de Comacchio, ao Presidente da Província de Pernambuco, Adolfo de Barros Cavalcante de Lacerda. 31/10/1878

<sup>11</sup> Ibidem, fl. 95.



Figura 2. Recorte da Planta da Extinta Aldeia do Riacho do Mato, 1876: lotes 25 e 26, acampamentos.



Fonte: Arquivo Nacional.

É importante destacar que foram entregues 70 lotes de 250 braças quadradas aos indígenas identificados como “do antigo aldeamento de Escada”, fazendo referência à migração ocorrida para a região do Riacho do Mato na década de 1860. Alguns desses lotes eram vizinhos aos ocupados por colonos, o que intensificou as relações entre indígenas e não indígenas, ao mesmo tempo em que reforça a presença dos primeiros mesmo após a extinção dos aldeamentos da região<sup>12</sup>.

Com a extinção do Aldeamento do Riacho do Mato em 1873 e a fundação da Colônia Socorro em 1880, ocorreu o que podemos identificar como o apagamento dos indígenas considerados misturados, como apontado por João Pacheco de Oliveira. Na região aqui estudada, o surgimento da Colônia Socorro foi um agravante para a mistura, pois impôs o convívio entre indígenas e não indígenas migrantes da seca.

É possível perceber essa situação no Jornal do Recife em 22 de maio de 1876, na edição 112<sup>13</sup>, na coluna “Transição”, em que se trata da existência de indígenas de extintos aldeamentos, coexistindo nas regiões circunvizinhas nas quais se instalaram homens livres.

Entender o processo de formação da Colônia Socorro é compreender que mesmo após o fim do aldeamento, não ocorreu o apagamento da população indígena

<sup>12</sup> Ibidem, fl 75v.

<sup>13</sup> Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/705110/11799> Acesso em 10 jan. 2022

presente na região. Os lotes distribuídos aos aldeados foram ocupados pelos indígenas do Riacho do Mato e ali permanecem durante e após a Colônia Socorro, sofrendo com lutas territoriais com donos de terras vizinhas (DANTAS, 2018, p.97).

#### **4. CONCLUSÃO**

Entende-se o processo de formação do aldeamento de Riacho do Mato como parte de uma série de ações que tiveram origem em diversos fatores como o esbulho das terras do aldeamento de Escada pertencentes aos indígenas daquela região; assim como a presença de pessoas que participaram das revoltas ocorridas na região, como indígenas de aldeias variadas, pardos, negros, indígenas de outras aldeias como as da região de Cocal, Jacuípe em Alagoas, e Barreiros em Pernambuco. Essa mistura foi ressaltada pelos proprietários e pelas autoridades da região como elemento que desqualificava aquela população como possuidora de direitos coletivos sobre o território que reivindicava.

Entendendo a mestiçagem como resultado de um processo histórico e social oriundo de ações realizadas ainda no período colonial, a luta pelo reconhecimento étnico da aldeia de Riacho do Mato foi importante também para o estabelecimento da mesma enquanto um aldeamento. O seu surgimento ocorreu em um período no qual o governo imperial tinha como política extinguir todos os aldeamentos em regiões de colonização antiga, principalmente aqueles em que os indígenas eram tidos como “misturados” (OLIVEIRA, 2016).

Nesse sentido, é importante ressaltar as transformações ocorridas na região devido à criação da Colônia Socorro no mesmo local onde havia o aldeamento do Riacho do Mato. Inicialmente, houve a instalação de um contingente grande de pessoas, que variou entre nove e três mil colonos, levando à imposição de coabitação destes com os indivíduos que já estavam ali instalados e uma reestruturação das relações com os recursos naturais. O governo provincial pouco operou no sentido de garantir condições mínimas de sobrevivência para as pessoas que viviam na Colônia, para além do envio de um diretor e da remessa de verbas escassas.

Essa situação levou a mudanças drásticas na produção econômica em função do aumento exponencial da população local, com a intensificação da produção de subsistência diante dos poucos investimentos do governo provincial.

As disputas por terras entre famílias indígenas que permaneceram no local e refugiados da seca que ali foram instalados foi um dos aspectos que mais deve ter

causado impactos na região, tendo em vista que os indígenas continuaram a registrar os conflitos e suas reivindicações em documentos enviados às autoridades, e também como registrado nas notícias publicadas no Jornal do Recife.

## 5. REFERÊNCIAS

### 5.1. FONTES

Arquivo Público Estadual João Emerenciano de Pernambuco – Apeje  
Coleções Diversos II vols. 19 e 29;  
Colônias Diversas vol. 4.

### 5.2. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

\_\_\_\_\_. *Os índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

AMOROSO, Marta Rosa. *Mudança de hábito: Catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos*. Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 13, n. 37, p. 101-114, jun. 1998. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/6kDcyHkgsRiqH3SLVkJbFWK/?format=pdf&lang=pt>

Acesso em: 19 jul. 2023

CAVALCANTE, J. *A Lei de Terras de 1850 e a Reafirmação do Poder básico do Estado sobre a terra*. [s.l.] , [s.d.]. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia02/LeideTerra.pdf>>.

COSTA, F. A. Pereira da. *Anais Pernambucanos: 1591-1634*. Vol. II. Recife, Arquivo Público Estadual, 1952.

DANTAS, Mariana Albuquerque. *Dimensões da participação política indígena: Estado nacional e revoltas em Pernambuco e Alagoas, 1817 - 1848*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2018.

\_\_\_\_\_. Do aldeamento do Riacho do Mato à Colônia Socorro: defesa de terras e aprendizado político dos indígenas de Pernambuco (1860-1880). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 38, n. 77, p. 81-102, Abril. 2018.

DANTAS, Mônica Duarte. “Epílogo. Homens livres pobres e libertos e o aprendizado da política no Império”. In DANTAS, Mônica Duarte (org.). *Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2011. P. 511-564.

EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro, Paz e Terra; Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1977.

FERREIRA FILHO, José Marcelo Marques. *Arquitetura espacial da plantation açucareira no Nordeste do Brasil (Pernambuco, século XX)* [recurso eletrônico] / José Marcelo Marques Ferreira Filho. – 2. ed. ampl. – Recife : Ed. UFPE, 2022. Disponível em: < <https://editora.ufpe.br/books/catalog/view/789/788/2725>> Acesso em: 18 ago. 2023

IRUROZQUI, Marta. “Presentación. La institucionalización del Estado en América Latina: Justicia y violencia política en la primera mitad del siglo XIX”. *Revista Complutense de Historia de América*. 2011, vol. 37. P.15-25

MAIA, Nayala de Souza Ferreira. *Açúcar e transição para o trabalho livre em Pernambuco: 1874-1904 – 2ª ed.* – Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2009.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império: 1871-1889* – Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL, 1984.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX*. – Rio de Janeiro: Vício de Leitura: Arquivo Público do estado do Rio de Janeiro, 1998.

NASCIMENTO, Luiz do. *História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)*. Recife. Arquivo Público, 1962. Vol 2, edição da Imprensa Universitária da Universidade Federal de Pernambuco.

OLIVEIRA, João Pacheco de. (org.). *A Viagem da Volta: Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2004.

\_\_\_\_\_. *A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

\_\_\_\_\_. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. – Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. “No centro das matas: As colônias militares e os embates dos anos 1850”. In: BESSONE, Tânia Maria; NEVES, Lúcia Maria Bastos P.; GUIMARÃES, Lucia Maria P. (org.). *Elites, fronteiras e cultura do império do Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Índios livres e índios escravos. Os princípios da legislação indigenista do período colonial (Séculos XVI a XVIII)”. In CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

SAMPAIO, Patrícia de Melo. “Política Indigenista No Brasil Imperial”. In: Keila Grinberg; Ricardo Salles. (Org.). *Coleção O Brasil Império Vol III (1870-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. Disponível em: <[https://www.academia.edu/1004494/Pol%C3%ADtica\\_indigenista\\_no\\_Brasil\\_imperial](https://www.academia.edu/1004494/Pol%C3%ADtica_indigenista_no_Brasil_imperial)>. Acesso em: 9 set. 2023.

SILVA, Edson Hely. *O Lugar do Índio. Conflitos, esbulhos de terras e resistência indígena no século XIX: o caso de Escada - PE (1860-1880)*. Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1995.

\_\_\_\_\_. *Aldeia de escada: conflitos, esbulhos de terras e resistências indígenas em Pernambuco no século XIX*. [recurso digital] / Edson Silva – Maceió, AL: Editora Olyver, 2021

\_\_\_\_\_. *Xukuru*: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1959-1988. Recife: Editora UFPE, 2014.

## **ANEXO 01**

### **Condições para submissão**

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

- A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".
- O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
- Onde disponível, os URLs para as referências foram fornecidos.
- O texto está em espaço simples; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.
- O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em [Diretrizes para Autores](#), na página Sobre a Revista.

### **APRESENTAÇÃO**

Nesta seção os editores da revista - que podem ser do conselho editorial ou convidados - apresentam o número e ainda contextualizam o momento de seu lançamento.

Fazer uma nova submissão para a seção [APRESENTAÇÃO](#).

### **DOSSIÊ TEMÁTICO**

Esta seção tem como políticas as mesmas das seções da revista dependendo do tipo de material que se submeta (artigo, resenha, etc).

Fazer uma nova submissão para a seção [DOSSIÊ TEMÁTICO](#).

### **RESENHAS**

1) Serão publicadas resenhas de Histórias e áreas afins devendo os títulos resenhados terem sido publicados em um período de até 3 anos (para publicação nacionais) ou 5 anos( para publicações internacionais) a contar a partir do ano da edição da revista;

2) As resenhas deverão ter de 4 a 8 laudas;

3) As resenhas devem seguir o padrão: Título da resenha, autor e referência da obra resenhada, seguindo as normas da ABNT.

4) A titulação, bem como a instituição à qual se vincula(m), deve(m) ser inserida(s) em nota explicativa;

Fazer uma nova submissão para a seção [RESENHAS](#).

## **EXPERIÊNCIA DE ENSINO**

Área destinada à publicação de experiências de ensino de história em Escolas e Universidades. Nesta seção, serão aceitos relatos de atividades desenvolvidas, experiências didáticas, pesquisas relacionadas, e demais formas de expressão de experiências percebidas e exercidas dentro das salas de aula.

1) O texto deverá conter de 3 a 5 laudas, incluindo tabelas e figuras;

2) O título deve estar centralizado, em caixa alta e em negrito; abaixo o(s) nome(s) do(s) autor(es) em um intervalo de um espaço de 1,5 em negrito e alinhado(s) à direita. A titulação, bem como a instituição à qual se vincula(m), deve(m) ser inserida(s) em nota explicativa;

3) Abaixo do(s) nome(s) dos autore(s), deve-se incluir um **resumo** (título esse escrito também em caixa alta, negrito e centralizado) no mesmo idioma do texto, contendo de 100 a 200 palavras em Times New Roman, corpo 10, espaço entre linhas simples, acompanhado de três a cinco palavras-chave.

Fazer uma nova submissão para a seção [EXPERIÊNCIA DE ENSINO](#).

## **DOCUMENTOS**



Espaço para que o pesquisador possa expor uma fonte histórica e desenvolver uma análise sobre a mesma.

- 1) As edições críticas de documento devem ter de 3 a 5 laudas, devem ser acompanhados de um resumo de, no máximo, 5 linhas e de 3 palavras-chave.
- 2) Deverá ser mandadas fotos do documento junto ao texto;
- 3) No texto é preciso que se liste o nome do documento, a data de produção e a sua localização;
- 4) As edições críticas de fontes e documentos seguirão as mesmas especificações dos artigos
- 5) Todas as propostas de contribuição devem ter, na primeira página do arquivo digital, os seguintes dados do autor: nome completo, filiação institucional com endereço eletrônico, titulação acadêmica, agência de fomento à qual se vincula (no caso de ser bolsista).

Fazer uma nova submissão para a seção [DOCUMENTOS](#).

## **ENTREVISTANDO**

Um espaço dedicado para a publicação de entrevistas em geral, podendo ser realizada com profissionais ligados ao estudo e ensino de história ou áreas afins que estejam disponíveis para contribuir com a temática a ser apresentada.

- 1) Antes de cada entrevista, cabe ao entrevistador narrar a própria vida/cotidiano/relevância/importância do entrevistado para que o leitor tome contato com o sujeito da entrevista.
- 2) Junto com a descrição (breve biografia do entrevistado) é de bom-tom apresentar uma foto que o caracterize, não sendo esta uma regra que exclui a aceitação de uma entrevista, mas sendo relevante.
- 3) Independentemente da forma como foi feita, a entrevista deve ser transcrita e o entrevistador deve indicar qual a metodologia que foi utilizada para transcrevê-la.

**4)** A mesma deve apresentar em anexo a autorização do entrevistado para a publicação da entrevista na Revista.

**5)** Para a aceitação da entrevista está deve conter um resumo afim da análise da comissão editorial. Os resumos devem ser escritos em um parágrafo único apresentando em torno de no mínimo 100 e máximo de 200 palavras, conter título e palavras-chave que identifiquem a temática do estudo.

**6)** As entrevistas devem ter de 5 a 15 páginas.

Fazer uma nova submissão para a seção [ENTREVISTANDO](#).

## **TRADUÇÕES**

Este espaço dedica-se a dispor sobre as regras de publicação de tradução na Revista de História Bilros. O conteúdo publicado no espaço Tradução deverá estar em Inglês, Francês ou Espanhol, devendo sempre estar acompanhado do original em português. Todo conteúdo publicado deverá estar acompanhado de autorização expressa do autor ou ser de domínio público, conforme lei 9.610/98, lei do Direito Autoral.

**1)** O título da obra traduzida deve estar centralizado, em caixa alta e em negrito; abaixo o nome do(s) autor(es) e em seguida o(s) nome(s) do(s) tradutor(es) em um intervalo de um espaço de 1,5 em negrito e alinhado(s) à direita. A titulação, bem como a instituição à qual se vincula(m), deve(m) ser inserida(s) em nota explicativa;

**2)** Os textos submetidos devem vir acompanhados do original e da referência do texto traduzido. Não podendo acompanhar reflexão teórica.

**3)** As epígrafes, se houver, deverão vir sem aspas, em corpo 11, espaço simples, com recuo de 8 cm na margem esquerda, digitadas sem tabulação no início e pulando-se uma linha antes do início do texto, sendo essa linha em branco em espaço 1,5. Deve-se informar apenas o nome do autor da frase usada como epígrafe, sem indicação de referência bibliográfica (no máximo, o título da obra de onde foi extraída, em itálico);

Fazer uma nova submissão para a seção [TRADUÇÕES](#).

## **ENQUANTO ISSO... OUTRAS HISTÓRIAS**

"Enquanto isso" surge como um espaço reservado para publicação de cordéis, charges, tirinhas, poesias, composições, paródias, HQ's, dentre outras representações artísticas que tenham como tema a História e suas múltiplas faces e perspectivas.

**1)** Tratando-se de um espaço para publicações livres da área de História os materiais enviados são de responsabilidade de seus autores, devendo os mesmos seguir as normas exigidas pela revista que seguem abaixo:

**2)** O material enviado deverá conter no máximo 3 laudas e ser enviado após as correções de ortografia e concordância;

**3)** Nome do autor e instituição de origem deverá constar no final do texto acompanhado de e-mail do mesmo.

Fazer uma nova submissão para a seção [ENQUANTO ISSO... OUTRAS HISTÓRIAS](#).

### **Política de Privacidade**

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.